



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente documento refere-se ao art. 18º, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/2021 e capítulo II do Decreto Municipal nº 95/2023.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de futuras e eventuais contratações em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas e resultados que servem essencialmente para assegurar a viabilidade técnica de atender as necessidades de **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Combustível tipo Gasolina Comum para atender a Câmara Municipal de Santa Helena.**

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena	Claudir Lopes

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso I, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 4º)

A presente contratação fundamenta-se em Documento de Formalização da Demanda – DFD, em que foi apresentado pelo setor requisitante a demanda a ser atendida.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) serve para levantar dados e informações acerca da demanda, indicando o melhor caminho a ser percorrido para que seja realizado a aquisição de Combustível tipo Gasolina Comum. Este documento observa a legislação vigente, bem como os aspectos técnicos envolvidos na demanda em tela.

A presente contratação é motivada pela necessidade de se adquirir combustíveis para os veículos oficiais, que são utilizados pelos servidores desta Casa e Vereadores no exercício de suas funções.

A aquisição de combustível possibilitará o trabalho de fiscalização desempenhados pelos Vereadores através da utilização dos veículos oficiais e ainda permitirá a participação dos servidores e Vereadores em eventos, reuniões, congressos e treinamentos realizados em outros municípios, objetivando atender a demanda deste Poder Legislativo.

A contratação de empresa para fornecimento de combustível aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena – PR, se faz necessária para o cumprimento de suas atividades administrativas e para que os vereadores possam utilizar para desenvolver o exercício de suas funções. Além disso, é responsabilidade da Câmara realizar os devidos deslocamentos para fiscalização do órgão do Executivo. A fixação da área de localização do estabelecimento comercial ser da sede do município, neste caso, é indispensável, evitando prejuízos econômicos, tendo como referência o endereço da Sede da Câmara Municipal, estar situada na Avenida Paraná, n 1.400, do contrário, encareceria o custo final da contratação, aumentando o gasto com combustível com deslocamento e ainda, ensejando também perda de tempo.

Portanto, a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis do tipo Gasolina Comum é uma medida necessária que deve ser tomada pelo órgão para possibilitar a utilização dos veículos oficiais nos desempenhos de suas atribuições. Ela contribui para a eficiência da gestão pública e no desempenho das funções pertinentes ao cargo de Vereador que são a fiscalização e acompanhamento de obras e atividades executadas pelo Poder Executivo.



4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO E ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso II, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IX do art. 4º)

Destacamos que a presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA – 2024, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santa Helena - DIOE, Edição nº 2362, página 36, em 07 de agosto de 2023.

O PCA visa consolidar as contratações a serem realizadas ou prorrogadas no exercício subsequente, auxiliando a administração na tomada de decisão.

Com o levantamento prévio das contratações que pretende contratar ou prorrogar, passa-se a dispor de dados gerenciais viabilizando novas oportunidades de ganhos de escala, além de sinalizar ao mercado fornecedor as suas pretensões de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos futuros certames licitatórios.

A elaboração do Plano de Contratações Anual propicia a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos planos.

A presente contratação encontra-se ainda alinhada com as diretrizes implementadas pela Presidência desta Casa Legislativa, que passa a considerar a importância da política de segurança institucional como tema relevante no mapeamento dos riscos inerentes as atribuições desenvolvidas pela Câmara Municipal.

Dentre as ações a serem implementadas, está a segurança institucional, cujo objetivo é promover a integridade física dos vereadores, servidores, colaboradores, garantindo o exercício pleno das funções constitucionais do órgão.

Conforme previsão:

LDO LEI Nº 3.099/2023 de 11/07/2023;

PPA LEI Nº 2.920 DE 08/12/2021;

LOA LEI Nº 3.179/2023 de 21/12/2023;

LEI Nº 3.129/2023 de 26/09/2023, Alterada o PPA de 2022-2025 e LDO de 2024

Resolução nº 174/2023 da Câmara Municipal;

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2024, disponibilizado no Portal da Transparência do endereço eletrônico da Câmara Municipal: <https://camarasantahelena.atende.net/transparencia/>.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso IV, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 4º)

(Lei Federal nº 14.133, inciso VI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VI do art. 4º))

Os quantitativos e valores estimados para a presente contratação estão apresentados no quadro abaixo:

Item	CATMAT /CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Especificação da descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	461506 (aprox.)	Litros	4.000	Gasolina Tipo Comum, conforme as exigências de qualidade da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.	R\$ 5,98	R\$ 23.920,00
Valor total estimado da contratação						R\$ 23.920,00

Para obtenção do(s) valor(es) estimados que embasam a presente aquisição/contratação foram extraídos da Pesquisa de Preços de Mercado, peça integrante desta licitação.



O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas no Termo de referência, Edital de contratação e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

As quantidades foram estimadas com base na demanda dos contratos dos anos anteriores, considerando uma estimativa de consumo estimada de 12 meses.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso I do art. 89.

Lei Federal nº 14.133, inciso III, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso II do art. 4º)

A partir desse estudo esperamos encontrar uma solução que atenda por completo as necessidades de prevenção de possíveis perdas que poderiam ocorrer no patrimônio desta Câmara Municipal.

A contratação observará tanto o orçamento quanto a possibilidade de aquisição de quantitativos parcelados durante o período de vigência da ata e a disponibilidade orçamentária a cada pedido de fornecimento, em que, por isso, optou-se pelo fornecimento dos bens através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento no inciso II do art. nº 63 do Decreto Municipal nº 96/2023, na modalidade de Dispensa Eletrônica, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme a seguir transcrito:

Art. 63. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

(...)

II - quando for conveniente a **aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; [grifo nosso]

O valor se enquadra no inciso II do artigo 75 da lei 14.133/2021, e não há processo licitatório ou registro de preços vigente.

Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de itens de consumo imediato, não sendo necessário a garantia de contratação.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 81 do Decreto Municipal nº 95/2023.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

As entregas dos produtos devem ocorrer de forma parcelada, de acordo com a demanda da Câmara Municipal.

A entrega deverá ser na bomba de combustíveis do comércio revendedor, de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Vereadores, que efetuará a retirada quando necessário.

O posto revendedor deverá localizar-se na sede do município.

A empresa deverá fornecer os combustíveis somente com a Autorização de Abastecimento de Veículos, emitida por servidor do Poder Legislativo.

A empresa vencedora deverá apresentar, junto da nota fiscal, uma via da Autorização de Abastecimento do Veículo.

Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a Câmara Municipal poderá efetuar análises no combustível, para averiguar a qualidade do mesmo, caso encontre irregularidades, poderá a qualquer



momento, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório. Caso seja comprovado através das análises que o combustível não atende as normas de qualidade do órgão competente, e havendo a comprovação de prejuízos nos veículos abastecidos causados pela má qualidade do combustível, a empresa contratada deverá arcar com a totalidade dos prejuízos.

Que a quantidade especificada no objeto não gera direito adquirido ao fornecedor, tratando-se de mera estimativa, não obrigando a Câmara a aquisição de todo o combustível, tipo gasolina comum, durante a vigência da ata.

Além dos requisitos acima mencionados, ressalta-se que o serviço desta contratação é caracterizado como comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

A fiscalização ocorrerá de acordo com o contido no Capítulo II – Das Competências, Seção IV – Do Gestor de Contrato e Fiscal e Contrato, bem como, o Anexo II, Das atribuições, 4 do Gestor de Contrato, 5 do Fiscal de Contrato da Resolução 174/2023 desta Câmara Municipal.

Representante da Câmara de Vereadores para fiscalização:

Os produtos serão recebidos provisoriamente por um(a) servidor(a) designado(a) por ato próprio como Fiscal de Contrato.

Os produtos serão recebidos definitivamente por um(a) servidor(a) designado(a) por ato próprio como Gestor de Contrato.

Qualquer problema relacionado à execução contratual deverá ser imediatamente notificada a contratada pelos fiscais do contrato e/ou gestor de Contratos para as providências cabíveis.

Eventuais intercorrências e ações de contorno estão elencadas no Anexo I - Análise de Riscos.

7. POSSÍVEIS NORMAS CORRELACIONADAS AO PROBLEMA E POTENCIAIS SOLUÇÕES

No presente estudo não foram identificadas normas relacionadas ao objeto em análise.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

(Lei Federal nº 14.133, inciso V, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso III do art. 4º)

Foram consultados diversos editais, consultados fornecedores para se verificar a prática de fornecimento dos produtos a serem contratados. Após tais consultas verificou-se que o formato praticado atualmente pelo mercado atende plenamente às necessidades e especificações mínimas exigidas pela Câmara Municipal.

A contratação mostra-se como uma solução pertinente e inclusive adotada por outros órgãos/entidades, conforme levantamento realizado através da Pesquisa de Preços de Mercado.

O tipo de solução a contratar é na forma de dispensa de Licitação, fundamentada no inciso II, art. 75 da Lei 14.133 de 2021, em função do valor, e por se tratar de bens e serviço comuns.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(Lei Federal nº 14.133, inciso VII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso IV do art. 4º)

A contratação pretendida de fornecimento de combustíveis apresenta um mercado bastante pulverizado, com várias empresas de combustíveis atuando nesse segmento.

A contratação e empresa para o fornecimento de combustível é essencial, tendo em vista, que os veículos oficiais são frequentemente utilizados pelos colaboradores dessa Casa de Leis no desempenho de suas atribuições.

Por isso, trata-se de um investimento necessário e valioso.

Por essas e outras razões, se faz necessário a referida contratação, pois se os veículos oficiais ficarem muito tempo parados poderão sofrer danos nos componentes devido à falta de utilização e a função de



fiscalização desempenhada pelos Vereadores, em caso da impossibilidade de se utilizar os veículos oficiais, será prejudicada.

Neste propósito, este Estudo Técnico Preliminar propõe o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Combustível tipo Gasolina Comum para atender a Câmara Municipal de Santa Helena, conforme as descrições especificadas em cada item.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso VIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 4º)

Em regra, conforme Inc. III do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, as compras públicas deverão buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado no que diz respeito à aplicação do princípio do parcelamento.

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda da economia em escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. Sendo assim, a divisão do objeto da presente manifestação não representa perda da economia de escala, além de ser tecnicamente e economicamente viável.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

Nesse sentido, colhe-se o precedente do TCU consubstanciado no verbete de sua Súmula nº. 247 que express:

"é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (Destaques nossos).

Também se destaca a necessidade de aplicação do artigo nº 76 do Decreto Municipal nº 95/2023:

Art. 76. Para cumprimento do contido no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Administração deverá:

I - realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja aquele previsto no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006;

II - estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

De acordo com o que preceitua-se o art. 49, inciso IV da Lei Complementar 123/2006, as contratações com base no artigo 175, inciso II da Lei nº 14.133/2021, deverão ser realizadas preferencialmente como microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

(Lei Federal nº 14.133, inciso XI, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VIII do art. 4º)

Os estudos não identificaram necessidade de contratações acessórias ou correlatas.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS



(Lei Federal nº 14.133, inciso IX, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso X do art. 4º)

A contratação de empresa para o fornecimento de combustível do tipo Gasolina Comum visa suprir as demandas necessárias para a perfeita utilização dos veículos oficiais na participação de cursos, congressos, visitas oficiais e também durante a fiscalização e acompanhamento dos trabalhos desempenhados pelo Executivo Municipal.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

(Lei Federal nº 14.133, inciso X, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XI do art. 4º)

Não se vislumbram providências necessárias para o prosseguimento da contratação.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

(Lei Federal nº 14.133, inciso XII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XII do art. 4º)

Como a Gasolina é um combustível fóssil altamente poluidor da camada atmosférica, devemos realizar as manutenções necessárias nos veículos para que não ocorra o consumo excessivo de combustível por problemas mecânicos. Outro viés a ser seguido é conscientizar os colaboradores e vereadores a utilizar os veículos em deslocamentos extremamente necessários, priorizando o compartilhamento do veículo quando possível.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA ÁREA DEMANDANTE SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

(Lei Federal nº 14.133, inciso XIII, § 1º do artigo 18 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso XIII do art. 4º)

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa para registro de preços para o fornecimento de combustíveis do tipo Gasolina Comum pelo período de doze meses para a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, atende às necessidades desta Casa Legislativa, mostra-se possível e fundamentalmente necessárias a viabilidade da Contratação pretendida, nos termos dispostos no presente Estudo Técnico Preliminar – ETP.

Santa Helena, 09 de maio de 2024.

Declaro que participei ativamente de todas as etapas deste Estudo Técnico Preliminar - ETP,

Responsável pela Fase Interna

Aline Claci Giovanella

Ciente e de acordo,

Paulo Julio Vasatta

Presidente



ANEXO I ANÁLISE DE RISCO

Risco 1	Fase	Interna		
	Situação	Requisito para a contratação e especificação do objeto insuficiente		
	Probabilidade	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Plano de Mitigação	Diálogo entre áreas envolvidas para detalhamento da solução almejada. Área requisitante descreveu a necessidade de fornecimento de combustíveis nos modelos atuais disponíveis neste Legislativo.		

Risco 2	Fase	Interna		
	Situação	Equívocos nos quantitativos estimados		
	Probabilidade	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Plano de Mitigação	Levantamento realizado pela área demandante de acordo com a quantidade de equipamentos da Câmara Municipal.		

Risco 3	Fase	Interna		
	Situação	Atrasos na contratação decorrentes de atraso na tramitação do processo administrativo		
	Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Plano de Mitigação	Acompanhamento do processo e apoio às áreas envolvidas.		

Risco 4	Fase	Execução		
	Situação	Dificuldade de acesso às instalações da Câmara para entrega dos serviços		
	Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Impacto	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Plano de Mitigação	Produto será entregue no endereço da Contratada.		

Risco 5	Fase	Execução		
	Situação	Contratação dos serviços entregue em desacordo		
	Probabilidade	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
	Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
	Plano de Mitigação	Fiscais aptos a identificar eventuais falhas. Recusa dos itens com baixa qualidade e previsão de substituição em caso de entrega de produtos fora das especificações do Termo de Referências e Edital.		

Responsável pela Fase Interna
Aline Claci Giovanella